



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

Of. Pres. nº 45/23-CMULHER

Brasília, 30 de março de 2023

A Senhora
TITI MÜLLER

Assunto: **Envio de Moção de Solidariedade nº 01/2023-CMulher**

Prezada Senhora,

A Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher, em reunião deliberativa ordinária realizada no dia 29 de março, aprovou moção de solidariedade à Vossa Senhoria, pelas múltiplas violências – psicológica, física e processual que sofreu recentemente, por meio da aprovação do Requerimento nº 12/2023 (em anexo), de autoria da Deputada Sâmia Bomfim e subscrito pelas Deputadas Juliana Cardoso e Silvyne Alves.

Colocamos esta Comissão à sua disposição e reiteramos a nossa luta incansável de combater qualquer tipo de violência contra as mulheres brasileiras.

Atenciosamente,


Deputada **LÊDA BORGES**
Presidente



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA MULHER

MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE Nº 01 DE 2023-CMULHER

Recentemente tornou-se público que uma decisão liminar da Justiça proibiu a apresentadora Titi Müller de abordar publicamente, em suas redes sociais, questões relacionadas ao seu ex-marido e que revelaram o comportamento de descaso dele em relação à criação de seu filho de 3 anos.

Em matéria divulgada, Titi Müller, que foi casada por 2 anos com o seu agressor, vindo a divorciar-se em 2021, relatou à Justiça que sofreu violências psicológicas e físicas durante o casamento, inclusive durante a gravidez, e que também veio a ser vítima de mais uma violência – a processual – ao ser forçada, por meio de uma decisão liminar, a silenciar-se, em suas redes, sobre a forma como é tratada pelo ex-marido no que diz respeito à criação do filho do ex-casal.

Diante de grave ato que busca censurar, intimidar e calar a voz, de forma a revitimizar uma mulher que sofreu e sofre violências de diversas formas, serve a presente Moção de Solidariedade para que Titi Müller receba o apoio e o respeito da Câmara dos Deputados e, em especial, desta Comissão, como forma de demonstrar que atos de censura e silenciamento de mulheres serão devidamente rechaçados e que nossas liberdades fundamentais e constitucionais não padecerão a quaisquer tentativas de restrição ou ameaças à plenitude de tais direitos.

Sala das Sessões, em 30 de março de 2023


Deputada **LÉDA BORGES**
Presidente

